

## TEATRO E POLÍTICA NO RECIFE: ENTRELAÇAMENTOS DOS ANOS 1930

Leidson Malan Monteiro de Castro Ferraz<sup>1</sup>

**Resumo:** Em meio às tantas alterações do campo político e cultural brasileiro no início dos anos 1930, o Grupo Gente Nossa, com trajetória desenvolvida de 1931 a 1942 no Recife, destaca-se por ter sido viabilizado profissionalmente graças ao Golpe de Estado empreendido por Getúlio Vargas. Mas, ainda que tenha contado com certo apoio de manutenção, a equipe nunca usufruiu de incentivo financeiro, pelo menos até a morte do seu líder, Samuel Campelo, no ano de 1939, quando o mesmo foi substituído pelo teatrólogo Valdemar de Oliveira e a situação de parceria com o poder instituído mudou terminantemente. Partindo de registros na imprensa e os confrontando com publicações que se debruçaram sobre as ações e interesses políticos de período tão conturbado da nossa história, em que parte da cena teatral brasileira declarou admiração às ideias e projetos getulistas, mais à frente sofrendo pela ação repressora dos órgãos de segurança com vetos e cortes a textos e espetáculos e perseguições a artistas, a proposta desta pesquisa é lançar luz sobre os possíveis entrelaçamentos entre o teatro e a política no Recife da década de 1930, e entender como a sobrevivência de ambos, com seus impasses e contradições, foi possível naquele tempo.

**Palavras-chave:** teatro pernambucano; política; década de 1930.

**Abstract:** In the midst of the many changes in the Brazilian political and cultural field in the early 1930s, the Gente Nossa Group, with a career developed from 1931 to 1942 in Recife, stands out due to its professionalism made possible thanks to Getúlio Vargas's Coup d'Etat. But even though it had some maintenance support, the team never enjoyed financial incentive, at least until the death of its leader, Samuel Campelo, in 1939, when he was replaced by the theatrologist Valdemar de Oliveira and the situation of partnership with the established government changed strictly. Starting from records in the press and confronting them with publications that dealt with the actions and political interests of such a troubled period of our history in which part of the Brazilian theatrical scene it declared admiration to the “getulists” ideas and projects, later suffering for the repressive action of the security organs with vetoes and cuts to texts and spectacles and persecutions of artists, the purpose of this research is to shed light on the possible interweaving between theater and politics in Recife in the 1930s, and to understand how the survival of both, with their impasses and contradictions, was possible at that time.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e jornalista formado pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), além de crítico e pesquisador do teatro. Contato: leidson.ferraz@gmail.com.

**Keywords:** theatre of Pernambuco; politics; decade of 1930.

Uma ausência quase absoluta de espetáculos teatrais na capital pernambucana foi sentida nos primeiros meses de 1930, inclusive de companhias visitantes, reflexo da situação instável do país, prestes a receber um novo presidente em outubro daquele ano. O campo político vivia um momento melindroso, para não dizer bélico, e isso, sem dúvida, afastava as pessoas de programas culturais noturnos. Júlio Prestes, o então governador do estado de São Paulo e candidato governista, havia ganho as eleições presidenciais em 1 de março de 1930, mas não pôde assumir o cargo devido à chamada “Revolução de 1930”, um Golpe de Estado liderado pelo militar gaúcho e candidato oposicionista Getúlio Vargas. Reunindo os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, o objetivo foi, na data 24 de outubro de 1930, depor o presidente da República Washington Luís, impedir a posse do presidente eleito Júlio Prestes e dar cabo, literalmente à mão armada, da chamada “República Velha”.

Esta crise vinha se arrastando desde 1929, quando lideranças de São Paulo romperam a aliança com os mineiros na conhecida “política do café-com-leite” e indicaram o paulista Júlio Prestes como candidato à presidência. Em reação, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou a candidatura oposicionista do gaúcho Getúlio Vargas. O Golpe de Estado, então, foi desencadeado a 3 de outubro de 1930, com Júlio Prestes sendo exilado do Brasil e Vargas assumindo a chefia do chamado "Governo Provisório" exatamente um mês depois. O teatro assistiu a tudo isso muitas vezes tomando partido, quase sempre de aplausos direcionados àquele político ditador que se tornaria o presidente que por mais tempo permaneceu no poder em nosso país, 18 anos, de 1930 a 1934 como Governo Provisório; de 1934 a 1937 como Governo Institucional; de 1937 a 1945 no Estado Novo; e de 1951 a 1954 por meio do voto popular e até o seu suicídio.

Em janeiro de 1930, o Teatro de Santa Isabel já havia servido para reunião da Aliança Liberal contrária ao grupo paulista de Júlio Prestes e que queria Getúlio Vargas no poder, tendo como vice o então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, mas

este acabou sendo assassinado em julho, na Confeitaria Glória, no Recife, por conta de conflitos pessoais com o advogado e jornalista paraibano João Dantas. Certamente por ser um espaço do poder público e servir como tribuna para discussões políticas, aquela casa de espetáculos chegou a sofrer depredações por parte de revoltosos. Em outubro, com Getúlio Vargas ainda em situação política melindrosa como Governo Provisório, o chefe da firma Avelino & Cia., Avelino Pereira, que administrava o Teatro Moderno, chegou a realizar uma vespéral cinematográfica em benefício da Caixa do Soldado da Revolução. Também prometeu apresentar naquele mesmo palco o imponente quadro patriótico em versos, *Os 18 de Copacabana*, de Umberto Santiago, com o estreante Grupo Cine-Teatro<sup>2</sup> e regência da orquestra pelo maestro Nelson Ferreira, “espetáculo de gala, em regozijo pela vitória da revolução”, segundo o *Diário de Pernambuco* (26 out 1930, p. 5). Era o teatro recifense, de fato, tomando partido.

A estreia foi agendada para 3 de novembro, mas a proposta acabou sendo incluída no espetáculo *Rapa-Coco*, outra das novidades programadas pelo centro de diversões da praça Joaquim Nabuco para dezembro daquele ano. No entanto, antes mesmo do lançamento desta obra pernambucana e partidária, aportou novamente na capital pernambucana, após temporada de sucesso em João Pessoa, a aclamada atriz paulistana Lucília Peres, com *24 de Outubro*, peça patriótica de autoria do escritor maranhense Antônio Pires. A única apresentação se deu a 29 de novembro, no Teatro de Santa Isabel. O *Diário de Pernambuco* (29 nov. 1930, p. 4) ressaltou o caráter político do trabalho: “A peça, de muita intensidade dramática, representa uma homenagem aos vultos da revolução brasileira que acaba de triunfar”. Atuando ao lado do ator Antônio Sampaio, Lucília Peres, que chegou a ser atriz principal da Companhia Dramática fundada por Arthur Azevedo na década de 1910, foi elogiada

---

<sup>2</sup> O Grupo Cine-Teatro surgiu no cenário teatral recifense no dia 29 de outubro de 1930, estreando com a farsa em um ato *O Amor Faz Coisas...*, de Samuel Campelo, texto que já havia ganho versão pelo Grêmio Dramático Espinheirense em 1910. A iniciativa desta nova equipe nasceu da empresa Avelino & Cia. que, mesmo enfrentando uma má época para as casas de diversões, quis lançar um grupo profissional de artistas novos da terra para compor a programação do seu Teatro Moderno, com o “propósito de proporcionar sempre novas atrações aos habituais” do antigo cassino, como reforçou o *Diário de Pernambuco* (29 out 1930, p. 4). Mas a equipe teve vida bastante efêmera e desapareceu ainda em 1930.

por estar em um de seus notáveis papéis dramáticos como uma mãe brasileira. O segundo ato da montagem contou, inclusive, com a participação de trinta pessoas de elenco local.

Somente a 5 de dezembro de 1930 estreou no Teatro de Santa Isabel, com grande procura de ingressos, a revista *Rapa-Coco*, de Musael do Campo (pseudônimo do teatrólogo Samuel Campelo, o mesmo que ele utilizava numa seção diária de humor no jornal *A Província*), escrita em dois atos e com vinte quadros diferentes, sendo treze números de música de João Beberibe e José Capibaribe (pseudônimos de João Valença e Valdemar de Oliveira, respectivamente), além do prometido quadro patriótico em versos de Umberto Santiago, *Os 18 de Copacabana*. Vale lembrar que antes de entrar em cena e causar maiores polêmicas, esta “revista de atualidade e crítica” foi “submetida e aceita pela censura policial<sup>3</sup> por não conter licenciosidade nem ofensas pessoais, apesar de focalizar figuras conhecidas”, lembrou o *Diário de Pernambuco* (3 dez. 1930, p. 4).

No elenco, nomes como o tenor Vicente Cunha, Elpídio Câmara, Luiz Maranhão, Luiz Carneiro, Walter de Oliveira, Diógenes Fraga, Luiz de França, Jovelina Soares, Irene Mariz e Amália de Souza, entre outros, além da participação especial de Lucília Peres e Antônio Sampaio no quadro patriótico *Mãe Pernambucana*, escrito especialmente para ela por Samuel Campelo. No repertório das canções, títulos como *A Mulata e o Beizola*, *Canalha da Rua*, *Samba da Pedrada* e o vibrante hino da *Revolução Pernambucana*. Os caprichados cenários foram criações de Álvaro Amorim e os “quadros de crítica” finalizavam numa apoteose com exibição de retratos pintados do político paraibano João Pessoa (assassinado a 26 de julho daquele ano, na Confeitaria Glória, no Recife), do marechal cearense Juarez Távora e do tenente pernambucano

---

<sup>3</sup> Assim como no restante do país, todas as apresentações teatrais no Recife tinham que ser submetidas à apreciação da Comissão de Censura Teatral, Cinematográfica e Fiscalização das Casas de Diversões Públicas, órgão ligado à Secretaria da Segurança Pública, cujo intuito era garantir que nenhuma récita tivesse a ousadia de ofender a moral pública, determinando, inclusive, faixas etárias específicas para algumas sessões, geralmente proibidas para menores de 14 anos.

Cleto Campello, figuras influentes que prepararam no Nordeste o caminho para a “Revolução de 1930”.

Devido ao sucesso que causou no Teatro de Santa Isabel, a “espetaculosa revista crítica de atualidade” *Rapa-Coco*, como chamada na imprensa, de autoria de Musael do Campo e com vários números de música de João Beberibe e José Capibaribe, voltou a ser apresentada em 1931, desta vez no Teatro Moderno, nos dias 20 e 21 de janeiro, com algumas modificações, inclusive no elenco, mas novamente com casa cheia. Nesta repetição, tomaram parte integrantes da extinta Companhia Nazareth, que haviam trabalhado dois anos antes no Teatro do Parque, com êxito, e se achavam de passagem pelo Recife, como Th. Cantuária, irmãs Açucena, Honorina Banhos, Dico Rocha, Urias Raulino e a bailarina Zoé. Nos anúncios em jornal, divulgava-se: “Música vibrante – Graça sem pornografia – Crítica sem ofensa”. O *Diário de Pernambuco* (21 jan. 1931, p. 2) conseguiu lançar algumas impressões sobre a montagem na coluna *Cenas & Telas*:

Foi ontem levada à cena no Teatro Moderno, a revista *Rapa-coco*, escrita dias após a vitória da Revolução, para exaltar as fases mais culminantes desta. A revista está bem arranjada, por ter apanhado flagrantes da época, com tipos conhecidos. Borda-na interessantes números de música, uns de compilação outros originais. Não é possível dizer com segurança de uma peça representada por elementos heterogêneos, nem todos familiares a teatro. O verdadeiro é fechar os olhos para certos pontos e destacar as melhores cenas. Estão no último caso a epopeia de Copacabana, a fuga no rebocador e a apresentação de barbado, cuja caracterização foi de grande semelhança à do ex-presidente. [...] Grande público afluíu ao teatro.

Como se vê, o teatro recifense declarava abertamente sua simpatia ao movimento varguista. E já que a época se traduzia em esperanças, o projeto “nacional-popular” de Getúlio Vargas encontrou o abraço de grande parte do teatro brasileiro, com algumas de suas mais influentes figuras sendo convidadas a colaborar com aquele “novo tempo”. Para os articuladores do Golpe, somente um Estado forte poderia construir a organicidade social necessária ao desenvolvimento do país e os aparelhos

burocráticos estatais passaram, então, a contratar intelectuais, muitos destes se encarregando de funções técnicas, administrativas e de pesquisa. Quem não cooptou foi arremessado ao cárcere ou marginalizado.

Partícipe no Recife do movimento inicial da era getulista, o teatrólogo Samuel Campelo foi então convidado a assumir a administração do Teatro de Santa Isabel em abril de 1931<sup>4</sup>, ou seja, alterações no campo político permitiram conduzir à coordenação daquela casa de espetáculos finalmente um homem de teatro para o cargo, diferente dos outros diretores, a maioria militares ou maestros. Na função de diretor do mais importante teatro do Recife, centro de gravitação de toda a atividade cultural, política e social no estado, e atendendo a uma pauta solicitada pelo ator Elpídio Câmara, Samuel Campelo pôde, enfim, concretizar um velho sonho: lançar, com perspectivas mais promissoras, um grupo teatral próprio e permanente no mercado local, ideia pela qual ele já vinha se debatendo há longos anos na imprensa. Isto, poucos meses depois da tentativa frustrada do Grupo Cine-Teatro, também com ele à frente e que pouco sobreviveu no Teatro Moderno.

Distante da cena como ator, mas atuando como dramaturgo, jornalista e agitador cultural, Samuel Campelo ofereceu o seu nome, a sua notoriedade e a sua influência para lançar o Grupo Gente Nossa, de perfil profissional com perspectiva de continuidade no Recife, apostando num teatro de “arte e cultura” e aproveitando o fato dele possuir uma espécie de sede – este dado é fundamental para pensarmos na existência de um núcleo teatral com espaço próprio para ensaios, guarda de acervo e apresentações –, desde que o Teatro de Santa Isabel não estivesse sendo ocupado por companhias artísticas de fora. Outras conquistas, certamente por estar ele atrelado ao Governo, foram a dispensa de pauta do teatro para ensaios e récitas (mas não dos

---

<sup>4</sup> Em seu livro de memórias, *Mundo Submerso*, o teatrólogo, músico e jornalista Valdemar de Oliveira escreveu: “Carlos de Lima [Cavalcanti] soubera escolher bem: ninguém mais indicado para dirigir o Santa Isabel, mas, principalmente, para lhe dar uma significação na vida artística da cidade. Conseguiu arrancá-lo da Secretaria da Fazenda, onde ninguém tomava conhecimento de sua importância, e ligá-lo à Prefeitura. E, para movimentá-lo, fundara o Grupo Gente Nossa, onde encontrei vasto campo de aplicação para os meus pendores teatrais. Aquela foi uma escola dramática que eu não trocava por nenhuma outra” (OLIVEIRA, 1985, pp. 128-129).

gastos com funcionários), além da isenção de algumas outras taxas, como a de censura, encargos que inegavelmente afastavam muitos outros conjuntos do sonho de ocupar aquele palco.

Ou seja, é inegável que o rebuliço político que o país vivia trouxe ganhos ao teatro recifense, sendo um trampolim para o surgimento do primeiro grupo de teatro profissional do Recife com trajetória mais estável, tanto que por várias vezes na sua existência, de 1931 a 1942, foram feitas homenagens a Getúlio Vargas e aos interventores federais. No entanto, como exemplo das contradições daquele período, ainda que a equipe estivesse atrelada às ideias do governo getulista, sofreu bastante com a falta de um apoio mais significativo por parte do poder público, já que nenhum financiamento direto Samuel Campelo conseguiu em toda a sua gestão.



Figura 1: Samuel Campelo, bem ao centro da imagem, sentado atrás de duas atrizes, junto a toda a equipe de artistas e técnicos do Grupo Gente Nossa em 1938. Fotografia não identificada/Acervo Projeto Memórias da Cena Pernambucana.

Somente com a sua morte, a 10 de janeiro de 1939, que Valdemar de Oliveira – homem influente, de origem social distinta da maioria dos outros integrantes do Grupo Gente Nossa –, parceiro teatral já de longos anos, ao aceitar um convite do prefeito Novais Filho, com a aprovação do interventor federal Agamenon Magalhães, para assumir não só a direção do Teatro de Santa Isabel, como também o comando da mais importante equipe teatral recifense, enfrentou os dois desafios com a condição de uma segurança financeira garantida pela Prefeitura do Recife e Governos Federal e Estadual. No entanto, há indícios de que os dois diretores nunca participaram da divisão financeira no grupo.

Foi graças aos recursos conseguidos, sonho acalentado por Samuel Campelo durante anos, que Valdemar de Oliveira pôde iniciar uma intensa maratona de espetáculos quase diários do Grupo Gente Nossa nos palcos do Teatro de Santa Isabel ou dos cineteatros dos subúrbios do Recife e Olinda, do interior de Pernambuco e de estados próximos, além de concretizar produções importantes como o melodrama sacro *Jesus*, obra do maestro espanhol Felipe Caparrós, ou a peça de cunho social *Mocambo*, dele próprio e Filgueira Filho, levada a operários através de convênio com o Governo. Fundou ainda, como departamento autônomo, o Teatro Infantil do Grupo Gente Nossa, que apresentou, entre 1939 e 1942, três grandes operetas infantis, *A Princesa Rosalinda*, *Terra Adorada* e *Em Marcha, Brasil!* (as duas últimas de caráter cívico e patriótico), abrindo no Recife o mercado teatral voltado à infância, com direito à dramaturgia própria e meninos e meninas como artistas em cena.

As últimas aparições do Grupo Gente Nossa – cuja morte nunca foi anunciada<sup>5</sup> – aconteceram em 1942, agora liderado pelo ator Elpídio Câmara, outro idealizador da

---

<sup>5</sup> Valdemar de Oliveira confessou no livro *Mundo Submerso*: “O ‘Grupo’ tinha de finir-se com o seu fundador. Ao depor as armas, eu percebia a verdadeira dimensão do valor pessoal de Samuel Campelo. Mesmo com suporte do Governo, mandando e desmandando dentro do Santa Isabel, eu não conseguia, em alguns meses, o que Samuel conseguira em muitos anos: manter a coesão do conjunto, resistir aos mexericos, realizar substituições impossíveis. Ademais, ele trabalhava comigo. [Após o falecimento de Samuel Campelo] Eu trabalhava sozinho, na administração e na direção artística. Pelo quê, tudo pago, suspendi o Grupo e fui dizer a Agamenon [Magalhães, o então interventor federal] que havia perdido a batalha. Fui constrangido, porque ele escrevera: ‘A reorganização do Grupo Gente Nossa, a assistência financeira dada a esse núcleo admirável de artistas [...], cujos espetáculos têm constituído um esforço

sua existência, mas por pouquíssimo tempo. Além de afirmar que o público já rareava, Valdemar de Oliveira (1985, p. 137) recordou no livro *Mundo Submerso*: “O Grupo Gente Nossa já não era o mesmo. Faltava-lhe alguma coisa, embora não faltasse dinheiro. Mas, essa alguma coisa era tudo”. Referia-se a Samuel Campelo. Deste lento desaparecimento, ainda no ano de 1941 surgiu o grupo Teatro de Amadores (futuramente “de Pernambuco”), tendo Valdemar de Oliveira como coordenador de um novo núcleo de artistas, desta vez assumidamente amadores, que nas suas primeiras peças assinava como “departamento autônomo do Gente Nossa”, pelo menos até 1944.

### **Teatro atrelado à política**

Durante parte dos meses de agosto e setembro de 1933, por quinze dias, o Grupo Gente Nossa teve que suspender alguns de seus espetáculos e desocupar o palco do Teatro de Santa Isabel devido a uma série de compromissos oficiais daquela casa de espetáculos, que continuava a servir também a assuntos políticos. No dia 1 de setembro, por exemplo, com o retorno de viagem do interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti ao Recife, após resolver questões de interesse de Pernambuco na capital da República, ele foi recebido e aclamado pelas classes conservadoras e liberais como um dos chefes civis da “Revolução” no “Norte” do país, com cortejo do cais à praça da República e banquete oferecido no Teatro de Santa Isabel. O local esteve ricamente ornamentado e iluminado, com famílias inteiras à sua porta.

Já no dia 4 de setembro, a capital pernambucana recebeu o chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, que discursou para uma multidão no Palácio da Interventoria, em frente à mesma praça da República, acompanhado do ministro Juarez Távora. Em seguida, ainda como parte desta grande solenidade cívica, as autoridades desfrutaram de banquete no Teatro de Santa Isabel, com discursos irradiados pela Rádio Clube de Pernambuco. Um mês depois, como exemplo de que o teatro daquela época andava de mãos dadas, literalmente, com o Poder, e entre as

---

que é preciso reconhecer e proclamar, obedecem a um plano de educação’. Eu, porém, perderei a batalha, não a guerra. Continuará, sem auxílio governamental, a fazer teatro em Pernambuco. E continuei” (OLIVEIRA, 1985, p. 138).

muitas reverências que Samuel Campelo, como diretor do Teatro de Santa Isabel, fez àquele Governo, o *Diário de Pernambuco* (4 out. 1933, p. 5) divulgou que o Grupo Gente Nossa, aproveitando a passagem rápida do estadista pelo Recife naquele dia, agendara uma sessão de gala em solenização ao “terceiro aniversário do advento revolucionário em Pernambuco”, com sessão da opereta *Ninho Azul*, de Valdemar de Oliveira, no Teatro de Santa Isabel, mesmo sem contar com a presença do presidente na plateia.

A mesma obra voltou na noite seguinte, agora em homenagem ao interventor Carlos de Lima Cavalcanti, político que, segundo o *Diário de Pernambuco* (4 out. 1933, p. 5), tinha agraciado o grupo com “grandes favores que têm contribuído fortemente para a vida e prestígio do conjunto pernambucano nestes seus vinte e seis meses de existência”. No entanto, para além das reverências, é importante reforçar que o Governo Federal nunca destinou ajuda financeira ao Grupo Gente Nossa, pelo menos na administração de Samuel Campelo até 1938. Aqui, vale destacar que, de acordo com Walter Lima Torres (2016, pp. 44-45), animadores culturais e lideranças artísticas e políticas, em 1937, estimularam a criação da “primeira instituição teatral moderna brasileira”: o Serviço Nacional de Teatro (SNT). “Um ano antes, em 1936, foi instituída a Comissão de Teatro Nacional, que iniciou um papel dinamizador no âmbito das atribuições do Estado, como predecessora do SNT. Tais esforços nacionalistas são relativos ao período do Estado Novo”, garante.

Ele complementa ainda que “Até então, foram muitas as discussões e tentativas de se elaborar critérios para distribuição de subvenções, auxílios e colaborações de toda a ordem para o comércio de uma ação que a todo instante reivindicava seu caráter de importância cultural” (TORRES, 2016, p. 58). Por fim, conclui que “A criação do SNT foi um divisor de águas na forma de o Estado considerar a atividade teatral. Pela primeira vez estabelecia-se uma agência estatal para orientar e implementar mecanismos de sobrevivência para o negócio teatral” (Ibidem, p. 60). No entanto, o incentivo financeiro à produção teatral pernambucana só chegaria em

1939, estranhamente quando Samuel Campelo, o maior parceiro das ideias de Vargas para o segmento teatral no estado, já havia falecido.

Somente em agosto daquele ano, alguns dias depois da celebração do 8º aniversário da equipe e sete meses após a morte do seu principal mentor, chegou a notícia aguardada há anos, enviada pelo diretor do Serviço Nacional de Teatro, Abadie Faria Rosa: “Comunico [que o] snr. presidente Getúlio Vargas concedeu ao Grupo Gente Nossa uma subvenção de quinze contos de réis. Saudações”, segundo publicação em letras garrafais no *Jornal do Commercio* (6 ago. 1939, p. 8). Já o Governo de Pernambuco havia reconhecido o grupo de utilidade pública por decreto a 14 de novembro de 1936, mas a situação econômica continuava crítica, a depender apenas do retorno de público nas bilheterias.

Também é importante destacar que desde 1935 já era crescente a insatisfação ao governo getulista. Tanto que foi criada em março a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderada pelo tenente Luís Carlos Prestes, mas proibida pouco tempo depois de atuar legalmente. A revolta pela crise econômica e pela desilusão com as prometidas reformas políticas, além da preocupação dos setores progressistas com o avanço do integralismo, fez explodir uma Intentona Comunista em novembro daquele ano, com levantes nas cidades do Recife, Natal e Rio de Janeiro. O movimento foi abafado pelo Governo, que, a partir daí, estendeu as garras da repressão não só aos comunistas, mas contra milhares de pessoas consideradas opositoras à situação. Getúlio Vargas, então, criou a Lei de Segurança Nacional, que definia o que eles consideravam crimes contra a ordem política e social, prendendo e “fazendo sumir” muita gente.

Esse processo culminou com o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que fechou o Congresso, cancelou eleições e manteve Vargas no poder até 1945, no período conhecido como Estado Novo. Mesmo sendo o ano de estopim de toda esta difícil conjuntura política, 1935 representou um período de grande movimentação artística nos palcos do Recife, especialmente pelo Grupo Gente Nossa, que chegou a mais de cem apresentações neste seu quarto ano de existência, numa média de doze sessões a cada mês. Para agradar aos sócios que pagavam mensalidade e queriam

assistir novas peças constantemente, a equipe ampliou ainda mais o seu repertório, pois uma de suas missões era incentivar a dramaturgia pernambucana.

O mês de agosto em 1935, por exemplo, foi especial por só trazer textos de autores locais: Valdemar de Oliveira, Eurico Lopes, Raul e João Valença, Lucilo Varejão, Silvino Lopes e Umberto Santiago, com nenhuma peça de caráter assumidamente patriótico, mas algumas em exaltação clara ao nacionalismo. Dramaturgos de sucesso em todo país também integravam o repertório, a exemplo de Abadie Faria Rosa, Gastão Tojeiro, Miguel Santos, Armando Gonzaga e Paulo de Magalhães, entre outros.

Paralelo às festividades do Grupo Gente Nossa naquele período, o clima crescente de instabilidade política do Brasil não era nada favorável a comemorações. Tanto que o Golpe de Estado implementado a partir do dia 10 de novembro de 1937, eliminou a eleição para presidente que aconteceria em janeiro do ano seguinte e abriu fendas terríveis na vida cotidiana de todos os brasileiros, deixando um ambiente de insegurança permanente naqueles que se mostraram desfavoráveis aos desmandos do populista Getúlio Vargas. O regime político imposto, uma ditadura supostamente capaz de caçar e reprimir os envolvidos com o comunismo no país, foi repressor em todas as instâncias, inclusive no segmento das artes, mesmo que muitos tenham calado diante dos desmandos ou, contraditoriamente, colocados como parceiros do Estado Novo.

Com a dissolução do Congresso Nacional e dos Legislativos estaduais e municipais, a suspensão das eleições e dos partidos políticos, sendo, então, decretado o estado de emergência em todo o país, Carlos de Lima Cavalcanti, à frente do Governo pernambucano, foi deposto do cargo. Em seu lugar, Getúlio Vargas nomeou Agamenon Magalhães como o interventor federal do estado. Em meio àquele clima de instabilidade (e Agamenon Magalhães se revelou um político admirado por muitos do teatro, não só presente na plateia dos espetáculos, como parceiro em diversas instâncias), as artes cênicas não pararam suas atividades. No entanto, a trajetória do Grupo Gente Nossa vinha sofrendo cada vez mais descontinuidades, tanto que o documento *Retrospectiva "Grupo Gente Nossa"* resumiu em duas frases as tamanhas

dificuldades no ano de 1938: “Sem teatro para trabalhar” e “Santo de casa não faz milagre”.

Com a concorrência cada vez maior das várias companhias cariocas que chegavam ao Recife, a equipe começou o ano sem um palco onde exercer suas atividades. O desabafo foi extremo naquela publicação de retrospectiva:

Sem um estímulo, sem direito a nada, santo de casa não faz milagre. Esta é a verdade, sem reservas para manter os compromissos com os artistas. Samuel, esgotado, desiludido, dispensou a maior parte dos artistas, e num esforço titânico, continuou com espetáculos esparsos novamente pelos subúrbios, e o “GGN” que era um exemplo dignificante para o resto do país, um trabalho patriótico, perseverante, continuava “jogado” com suas peças excelentes, autores e atores (Elpídio Câmara, Vicente Cunha, Maria Amorim, Lourdes Monteiro, Luiz Carneiro, Alfredo Oliveira e outros) de primeira qualidade! A desilusão começou a empolgar Samuel, as dificuldades se multiplicaram, ninguém é profeta em sua terra, quando impera a desunião. (RETROSPECTIVA, 1940, p. 9)

Também não foram poucas as perseguições que o teatrólogo vinha sofrendo, sintoma do lugar de destaque que ocupava e por suas ideias políticas. Mas, ao que tudo indica, naquele período ele já reconhecia as inúmeras contradições do Governo, tanto que em artigo para o *Diário de Pernambuco* (25 dez. 1937, p. 5), ainda que tenha afirmado que, na República, Getúlio Vargas foi “o homem de governo mais interessado pelo problema do teatro”, sendo, até ali, “o único presidente que cuidou do assunto”, tendência que, para ele, vinha desde os tempos em que ainda era deputado federal, quando conseguiu sancionar o decreto nº 4.790 no ano de 1924, “logo reconhecido como ‘Lei Getúlio Vargas’”, regulamentado quatro anos depois e que garantiu os direitos trabalhistas à profissão do artista de teatro em todas as suas modalidades, Samuel Campelo não deixou de salientar, contraditoriamente: “Ditador em 1930, presidente constitucional depois, *presidente autoritário hoje*, o sr. Getúlio Vargas continua o grande amigo e protetor da gente de teatro” (grifos meus). No mínimo, pode-se dizer que foi corajosa esta sua exposição na imprensa.

É ainda mais curiosa a percepção que ele propaga da realidade quase no início do ano em que um outro projeto de lei foi instituído pelo presidente Getúlio Vargas, após encaminhamento pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para substituir a Comissão de Teatro Nacional pelo órgão executivo Serviço Nacional de Teatro, como parte do Ministério da Educação e Saúde, na esperança de, possuindo verbas próprias e em funcionamento permanente, e não mais sazonal como antes, resolver questões urgentes para o teatro nacional. Seriam estas as ações previstas do SNT, segundo matéria no *Jornal do Commercio* (1 jan 1938, p. 26):

[...] promover ou estimular a construção de teatros em todo país; organizar ou amparar companhias de teatro declamatório, lírico, musicado e coreográfico; orientar e auxiliar, aos estabelecimentos de ensino, nas fábricas e outros centros de trabalho, nos clubes e outras associações, ou ainda isoladamente, a organização de grupos de amadores de todos os gêneros; incentivar o teatro para crianças e adolescentes, nas escolas e fora delas; promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro; estimular, no país [e] por todos os meios, a produção de obras de teatro de todos os gêneros; fazer o inventário da produção brasileira e portuguesa em matéria de teatro, publicando as melhores obras existentes; providenciar a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em idioma estrangeiro.

A lei entrou em vigor em 1 de janeiro de 1938, mas o Grupo Gente Nossa não foi atendido em seus diversos pedidos de socorro. Com elenco dispersado por um tempo e sem teatro para trabalhar, a crise do grupo era tamanha que apressou a doença em Samuel Campelo, levando-o à morte em janeiro de 1939. Um dos mais tremendos golpes para ele veio com a proibição de sua peça *S.O.S.* (termo apropriado não só àquela época, mas para a situação do núcleo teatral que ele dirigia), até hoje inédita no Recife. A obra deveria inaugurar a segunda temporada da companhia de Renato Vianna na capital pernambucana em 1938, após excursão por outros estados.

A “fantasia dramática” escrita por Samuel Campelo havia sido lançada pela equipe carioca no dia 20 de setembro de 1938, no Theatro José de Alencar, em

Fortaleza, Ceará, com boa repercussão, mas a peça não pôde ser vista na capital pernambucana, tudo indica que censurada pelo próprio Governo que Samuel Campelo ajudou a construir. No entanto, o jornal *Diário da Manhã* (7 out. 1938, p. 4) deu a seguinte explicação:

A estreia de Renato Vianna com seu conjunto no Santa Isabel dar-se-á hoje, às 20h30. Para esta estreia foram convidados o sr. interventor federal, comandante da Região, prefeito do Recife, secretários de Estado e comandante da Brigada Militar. A reentrada [...] estava marcada com a fantasia dramática do escritor pernambucano Samuel Campelo, *S. O. S.*, tendo, porém, ficado inteiramente prejudicado o telão símbolo da peça e não havendo tempo para substituí-lo convenientemente. A fim de que o espetáculo tenha o idêntico sucesso obtido em Fortaleza, a direção geral da companhia resolveu adiar a estreia de *S. O. S.*, fazendo a sua apresentação, hoje, com *Salomé*, três atos de Renato Vianna.

Mas o que seria um adiamento acabou como cancelamento, pois a montagem não constou no repertório apresentado em outubro de 1938. Os mexericos que devem ter surgido a partir daí – mas que não chegaram aos jornais ou, se chegaram, estavam devidamente ocultos – abalaram profundamente a Samuel Campelo. Na sua dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, intitulada *O Grupo Gente Nossa e o Movimento Teatral no Recife (1931-1939)*, a pesquisadora Ana Carolina Miranda Paulino da Silva tentou esclarecer:

No *Jornal do Commercio* nada foi comentado a respeito, apenas que Renato Vianna “foi feliz” na escolha da peça que substituiu *S.O.S.* [...]. Entretanto, no livro dedicado à memória de Samuel Campelo, alguns fatos são esclarecidos. Relata o livro que o teatrólogo fez no dia 7 de setembro de 1938, em Campo Grande, seu último discurso em praça pública, sendo boicotado seu nome nos jornais. A informação não tem maiores esclarecimentos. Apenas dá a impressão de que tenha sido um discurso político, já que anteriormente comenta-se sobre seu discurso na campanha a Dantas Barreto. Seguindo a explanação, fala-se sobre a sua última discussão na Academia Pernambucana de Letras, quando, ao citar três nomes para a apresentação dos dez maiores nomes de brasileiros nas letras, nas artes e na ciência, foi rebatido por alguns presentes. As personalidades defendidas por

Campelo foram Clóvis Bevilaqua (das letras jurídicas), Gilberto Freyre (apoiado apenas por Valdemar de Oliveira e Geraldo de Andrade) e, como “expoente do teatro nacional”, Renato Vianna que, nessa altura, já não era bem querido por algumas pessoas. No dia seguinte, em um jornal (não cita o nome) a “tempestade” estava armada. (SILVA, 2009, pp. 157-158)

Ao que parece, outras questões também atormentavam Samuel Campelo naquele período, a exemplo de uma briga pela imprensa que resultou no esfacelamento do estreado grupo Teatro Universitário, do qual foi acusado de não ter dado nenhum estímulo à sua formação. Muito abatido com toda aquela disputa entre pares no próprio campo teatral, Samuel Campelo escreveu o seu último artigo para o *Diário de Pernambuco* (23 out. 1938, p. 7), destacando, principalmente, a incompreensão que pairava sobre suas falas e atitudes em relação ao Teatro Universitário:

Em matéria de teatro, considero-me afastado da atividade aqui em Pernambuco. Limitar-me-ei, como funcionário público, a ter somente, sob minha guarda, o teatro que a municipalidade me confiou. Ali mesmo, a minha direção será simplesmente interna. Por essa razão superior, toda íntima, deixarei de responder a quem quer que seja, que comentar, de que modo for, as minhas palavras de hoje. Terminei a minha fala. Retirei-me de cena. O mais não interessa.

Dois dias depois da publicação do artigo derradeiro de Samuel Campelo na imprensa, o jornalista Gilberto Osório de Andrade, no *Diário da Manhã* (25 out. 1938, p. 8), deu-lhe como resposta sobre a sua retirada de cena: “Já era tempo. A plateia dormia a sono solto”, talvez numa crítica ao passadismo do repertório então escolhido para o Grupo Gente Nossa, formado por burletas, revistas, operetas e comédias em sua maioria. Todo este *imbróglio* fez muito mal a Samuel Campelo e caiu como uma bomba a abalar sua já frágil saúde. O resultado é que, com apenas 49 anos, o teatrólogo pareceu ter desistido de lutar, de viver, e expressou isso em sua penúltima carta a um amigo, com referência em destaque à sua interdita peça *S.O.S.*, datada

de 4 de novembro de 1938, posteriormente registrada no livro *Samuel Campelo (1889-1939)*, organizado em sua homenagem por Valdemar de Oliveira em maio de 1942. Diz o manuscrito:

Parei com tudo. Não pretendo fazer mais nada aqui. O povo é ingrato e aqueles que mais têm recebido são os mais desconhecidos. De toda parte fazem-nos perder o estímulo. Avalie que uma peça minha dada em primeira pelo Renato [Vianna], no Ceará (a terra mais católica do Brasil), com um sucesso verdadeiramente compensador, tais as crônicas, telegramas e cartas que recebi de pessoas desconhecidas, tendo dado duas casas cheias e com aplausos unânimes, sem a menor restrição de quem quer que fosse, anunciada aqui para a reentrada da Companhia, foi insolitamente proibida, sem uma razão plausível, parecendo apenas ter havido dedo de intrigante ou inimigo oculto e covarde. O resultado foi a desorganização no programa da Companhia, dando-lhe brutal prejuízo e deixando-me mal situado como diretor de um teatro oficial. Já declarei em público encerradas todas as minhas atividades teatrais nesta terra e assim manterei minha atitude. (Apud OLIVEIRA, 1942, p. 8)

A pesquisadora Ana Carolina Miranda Paulino da Silva concluiu, então, em seu trabalho de dissertação sobre o Grupo Gente Nossa:

As fontes pesquisadas dão grande relevo a esses acontecimentos no final de sua vida. Mas também podemos acrescentar a esses fatos que o teatrólogo também não se mostrava tão cuidadoso com a saúde, visto o seu ritmo frenético de trabalho. [...] A sua última carta, também encontrada nos seus arquivos, foi endereçada ao teatrólogo Renato Vianna, na qual falava, entre outros pontos, das críticas sofridas e do pedido feito ao amigo para encenar *S.O.S. no Sul*, como uma resposta aos seus inimigos [...]. Entretanto, como bem se expressou Clóvis Melo, “a saúde traiu-o, porém!”. Campelo se internou no Hospital Português do Recife e lá permaneceu durante quase um mês. De acordo com Valdemar de Oliveira, nesse período o mesmo permaneceu calado em relação às injúrias que sofrera [...]. Com o passar dos dias, mostrava-se cada vez mais debilitado, falecendo no dia 10 de janeiro de 1939, às três e meia da madrugada, depois de “seis horas de agonia”. (SILVA, 2009, pp. 160-161)

Foi-se um dos maiores nomes do teatro pernambucano e brasileiro. Mas o Grupo Gente Nossa não terminaria assim. A prova é que 1939 representou o ano de

maior efervescência não só para a equipe, mas para o teatro que se pôde apreciar em Pernambuco desde o início do século XX, mesmo naquele ano difícil para o Brasil e o mundo. Se o nosso país viu o presidente Getúlio Vargas criar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com o objetivo de controlar os meios de comunicação numa censura absurda ao pensamento livre, foi em setembro de 1939 que se iniciou a II Guerra Mundial, assim que o exército alemão invadiu a Polônia e, de imediato, França e Inglaterra declararam-se inimigas da nação germânica.

Aquele foi o estopim para uma crise iniciada desde o começo da década de 1930 na Europa, frente ao surgimento de governos totalitários como o Nazismo e o Fascismo, ambos com fortes objetivos militares e expansionistas. A II Guerra Mundial, infelizmente, fez o mundo sofrer até 1945, e influenciou na visita das companhias teatrais estrangeiras ao Brasil. No segmento teatral nacional, segundo a retrospectiva publicada no *Jornal do Commercio* (14 jan. 1940, p. 2), o ano de 1939 foi “cheio” por dois importantes fatores: a existência do Serviço Nacional de Teatro, que possibilitou a vinda ao Recife das companhias de Jayme Costa, de Jardel Jércolis e do Theatro Recreio do Rio de Janeiro, todas subvencionadas em turnê (um avanço para a época, apesar das críticas que vieram a seguir<sup>6</sup>), e o amparo também financeiro dado pelos poderes públicos ao Grupo Gente Nossa, mas Samuel Campelo, o grande artífice do entrelaçamento entre o teatro no Recife e a política dos anos 1930, já não estava mais presente.

No total, a capital pernambucana pôde apreciar 373 representações teatrais naquele último ano do decênio 1930, um número verdadeiramente recorde. Somente o Teatro de Santa Isabel abriu suas portas 297 vezes, com atividades, como sempre, as

---

<sup>6</sup> A pesquisadora Angélica Ricci Camargo, na sua tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada *Por um Serviço Nacional de Teatro: debates, projetos e o amparo oficial ao teatro no Brasil (1946-1964)*, reconhece que o estabelecimento do SNT deu nova configuração à ação governamental, mas “Apesar de algumas ideias e ações inspiradas em experimentos realizados [em] outros países, o órgão, dotado de múltiplas atribuições, acabou por adotar a concessão de auxílios e patrocínios governamentais, existentes de longa data e que se faziam de forma dispersa, como a sua atividade central. Além disso, sua atuação foi atravessada por conflitos entre autoridades, ausência de um projeto coerente, o que o tornou um alvo de críticas que assinalaram, logo cedo, a necessidade de sua reorganização” (CAMARGO, 2017, p. 56).

mais diversas. A partir de então, quase não se falou mais tão intensamente nos embates políticos que, por vezes, chamuscaram o teatro recifense com inegáveis feridas, para além dos ganhos adquiridos. E a cooptação e o silêncio mostraram-se ainda mais generalizados.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Gilberto Osório de. Lápide. *Diario da Manhã*. Recife, 25 out. 1938, p. 8.
- A REVISTA “Rapa-Coco”. *Diario de Pernambuco*. Recife, 3 dez. 1930. Cenas & Telas. p. 4.
- A SEMANA do Teatro Moderno. *Diario de Pernambuco*. Recife, 26 out. 1930. Cenas & Telas, p. 5.
- CAMARGO, Angélica Ricci. *Por um Serviço Nacional de Teatro: debates, projetos e o amparo oficial ao teatro no Brasil (1946-1964)*. Rio de Janeiro: tese do programa de pós-graduação em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/850368.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- CAMPELO, Samuel. In: OLIVEIRA, Valdemar de (Org.). *Samuel Campelo (1889-1939)*. [Recife]: [s. n.], 1942.
- \_\_\_\_\_. Teatro-Serviço Nacional. *Diario de Pernambuco*. Recife, 25 dez. 1937. Teatro; p. 5.
- \_\_\_\_\_. Teatro Universitário. *Diario de Pernambuco*. Recife, 23 out. 1938. Teatro; p. 7.
- ESTREIA, hoje, a Companhia Renato Vianna. *Diario da Manhã*. Recife, 7 out. 1938. Teatro; p. 4.
- LUCÍLIA Peres e a peça 24 de Outubro. *Diario de Pernambuco*. Recife, 29 nov. 1930. Cenas & Telas/Teatro Santa Isabel; p. 4.
- O ANIVERSÁRIO do Grupo Gente Nossa. *Jornal do Commercio*. Recife, 6 ago. 1939. Vida Artística; p. 8.
- O GRUPO Cine-Teatro no Moderno. *Diario de Pernambuco*. Recife, 29 out. 1930. Cenas & Telas; p. 4.
- OLIVEIRA, Valdemar de. *Mundo Submerso (Memórias)*. 3ª edição. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- RAPA-COCO. *Diario de Pernambuco*. Recife, 21 jan. 1931. Cenas & Telas; p. 2.
- RETROSPECTIVA “Grupo Gente Nossa”. Teatro. Recife: Grupo Gente Nossa, 1940.
- RETROSPECTO artístico de 1939. *Jornal do Commercio*. Recife, 14 jan. 1940. Vida Artística; p. 2.
- SERVIÇO Nacional de Teatro. *Jornal do Commercio*. Recife, 1 jan. 1938. Vida Artística; p. 26.
- SILVA, Ana Carolina Miranda Paulino da. *O Grupo Gente Nossa e o Movimento Teatral no Recife (1931-1939)*. Recife: dissertação do programa de pós-graduação em História

pela Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6987>>. Acesso em: 05 jul. 2011.  
TORRES, Walter Lima. *Ensaio de Cultura Teatral*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

Recebido em 17/4/19  
Aprovado em 15/11/19